

SALÃO DE
INICIAÇÃO CIENTÍFICA
XXIX SIC

UFRGS
PROPESQ



múltipla 
UNIVERSIDADE
inovadora  inspiradora

Evento	Salão UFRGS 2017: SIC - XXIX SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2017
Local	Campus do Vale
Título	Os padrões privados e públicos de regulação global: uma relação de conflito ou complementariedade?
Autor	RICARDO FERREIRA FLORES FILHO
Orientador	FABIO COSTA MOROSINI

Os padrões privados e públicos de regulação global: uma relação de conflito ou complementariedade?

Ricardo Ferreira Flores Filho (UFRGS)

Prof. Fabio Costa Morosini (UFRGS)

Com o final da Segunda Guerra Mundial, os Estados passaram a intensificar esforços para o desenvolvimento de uma agenda política global de cooperação, tratando da geração de bens públicos comuns aos países envolvidos. Ao avançar pelas últimas décadas do século XX, a agenda política se expande e a governança global passa a atuar sobre diversas áreas – tais como meio ambiente, segurança, saúde e direitos humanos.

Na medida em que os novos tópicos tornavam-se interesses de especialistas, dentro e fora do governo, as conferências internacionais passaram a contar com representantes diversos, inclusive aqueles não oficiais, capazes de reunir informações e conhecimentos técnicos para gerar princípios e diretrizes. Tal processo constitui as bases da governança privada que – indo além da ideia de cooperação antes proposta pelos Estados – foram capazes de produzir ferramentas regulatórias através de mecanismos institucionalizados, próximos aqueles de administração pública.

Em paralelo às transformações políticas, alguns fatores econômicos também contribuem para a emergência dessa fonte não tradicional de governança. Dentre muitos, os principais seriam os desdobramentos da transnacionalização do capital – tais como a globalização das cadeias de produção e a concentração de varejistas. É a partir desses fenômenos que se pode observar a relação entre a institucionalização da governança privada e a regulação do comércio internacional.

Uma vez que o processo produtivo ultrapassou fronteiras, a governança entre firmas exigiu maior coordenação e monitoramento. Ao comercializar, não só produtos finais como insumos, surgem as preocupações em se estabelecer padrões para controlar o método de produção, processamento e transporte dos produtos. A princípio, as normas geradas por atores não oficiais possuem observância voluntária e não contam com a legitimidade daquelas produzidas por atores governamentais. No entanto, a partir da sua concentração, os varejistas adquirem maior poder de barganha – provocando uma maior exigência, pelos importadores, de padrões e normas que seriam inicialmente voluntárias. Em outras palavras, o produtor vê-se obrigado a escolher entre obedecer às normas ou ter que sair do mercado.

Diante das transformações apontadas aqui, torna-se necessário analisar os padrões privados frente aos sistemas governamentais e intergovernamentais de regulação. Para tanto, buscar-se-á, entender a relação entre os padrões públicos e os privados – a partir das potenciais dinâmicas de conflito, convergência e/ou complementariedade entre os mesmos. Seria possível a troca de experiências entre o público e o privado para a construção de diretrizes globais convergentes e torná-las aplicáveis em regime local, evitando novas barreiras ao livre comércio?

Considerando a dimensão das áreas englobadas pelos mecanismos de regulação, a análise será voltada primariamente para o comércio de commodities agrícolas. Ainda, terá o Brasil como foco, onde serão analisados os organismos reguladores domésticos e internacionais não governamentais, o Estado brasileiro e a sua representação na Organização Mundial do Comércio e outros sistemas multilaterais. A metodologia será constituída pela utilização de fontes primárias – tais como os acordos da OMC; os textos produzidos por mecanismos de regulação não governamentais e os regulamentos (portarias, decretos etc) utilizados pelo governo brasileiro. Por fim, será feita uma revisão bibliográfica sobre o tema em questão.